

Sumário

Apresentação	5
Prefácio	9
Sobre os autores	13

PARTE I CONHECIMENTO DE RECURSOS ESPECIAIS NO CARF: QUESTÕES FUNDAMENTAIS

I. Precisamos falar sobre o conhecimento de recurso especial no CARF: uma visão crítica e uma visão pragmática	31
ALEXANDRE EVARISTO PINTO	
Introdução	31
1. Uma visão pragmática da admissibilidade do recurso especial no CARF: desafios e dificuldades na aplicação das regras vigentes.....	32
a. Da comprovação da divergência.....	33
b. Do prequestionamento	35
c. Do exame de admissibilidade do recurso especial.....	36
2. Uma visão crítica da admissibilidade do recurso especial no CARF: por uma admissibilidade mais ampla	37
a. Função do processo administrativo	37
b. Compatibilizando o exame de admissibilidade do recurso especial com a função do processo administrativo tributário.....	41
Conclusões	43
Referências bibliográficas	44

II. Os “pilares” do conhecimento de recurso especial no CARF	45
LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI	
Introdução	45
1. Desenvolvimento	45
2. Tempestividade	49
3. Prequestionamento	50
4. Ataque a cada um dos fundamentos autônomos do acórdão recorrido	53
5. Demonstração analítica da necessária divergência jurisprudencial	56
Conclusões	59
Referências bibliográficas	60
III. Conhecimento de recursos especiais no CARF – A escolha do paradigma: similitude x identidade fática	63
SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO E TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO	
Introdução	63
1. A função uniformizadora da CSRF	63
2. Instrumentalização do Recurso Especial – Art. 118 do RICARF	64
3. Exigência de similitude ou identidade fática entre os acórdãos paragonados	68
4. Não conhecimento do Recurso Especial diante da ausência de similitude fática	72
Considerações finais	74
Referências bibliográficas	75
IV. A finalidade do recurso especial e o reexame de fatos na análise da divergência	77
GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES	
Introdução	77
1. Histórico do recurso especial	78

2.	Paralelismo com os recursos do processo civil	80
3.	Análise de fatos e provas no recurso especial administrativo	87
	Conclusão	91
	Referências bibliográficas	92
V.	Contrarrazões e recurso especial adesivo – Análise da prática no CARF	95
	LIVIA DE CARLI GERMANO	
	Introdução: o recurso especial perante o CARF	95
1.	Recurso adesivo no processo civil e as peculiaridades do recurso especial ao CARF	97
2.	A jurisprudência do CARF sobre o recurso especial adesivo	102
	Conclusão	109
	Referências bibliográficas	110
VI.	Embargos de declaração e prequestionamento	113
	EDELI PEREIRA BESSA	
	Introdução	113
1.	Contornos gerais do requisito de prequestionamento	114
2.	Pquestionamento no âmbito do contencioso administrativo tributário federal	119
3.	Pquestionamento ficto no âmbito do contencioso administrativo tributário federal	121
	Conclusões	123
VII.	A análise de admissibilidade de recursos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais: definitividade dos despachos diante da potencial análise da demanda pelo colegiado	125
	GISELE BARRA BOSSA	
	Introdução	125

1.	Panorama geral sobre os Embargos de Declaração e o Agravo no curso do processo administrativo fiscal federal em comparação ao tratamento desses recursos pelo CPC.....	127
2.	Efeitos das decisões monocráticas de admissibilidade de Embargos de Declaração e Agravo e potenciais referências de reforma do contencioso administrativo fiscal.....	132
2.1.	O exame de admissibilidade e as matérias de ordem pública.....	140
	Conclusões.....	142
	Referências bibliográficas.....	143
VIII. Notas sobre o controle judicial do juízo de admissibilidade do recurso especial no CARF		145
LÍVIA DA SILVA QUEIROZ		
	Introdução.....	145
1.	Da natureza do CARF e de suas atividades.....	146
2.	Limites do controle judicial sobre os atos administrativos.....	149
2.1.	Exame da doutrina sobre o controle judicial dos atos administrativos.....	149
2.2.	Precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre o controle judicial dos atos administrativos.....	153
3.	Aplicação dos critérios do STF sobre a questão da admissibilidade de recursos especiais no CARF.....	158
	Conclusões.....	160
	Referências bibliográficas.....	160
IX. Recurso Especial tirado contra acórdão que invoca Súmula do CARF: histórico, <i>distinguishing</i> e o Regimento Interno da Portaria MF nº 1.634/2023		161
CAIO CESAR NADER QUINTELLA		
	Introdução.....	161
1.	Sobre a figura das Súmulas.....	162
2.	As Súmulas CARF no Contencioso Administrativo Tributário Federal moderno.....	164

3.	A relevância do <i>distinguishing</i> no conhecimento Recursal e o Regimento Interno da Portaria MF nº 1.634/2023	169
	Conclusão	173
	Referências bibliográficas	174
X.	Recurso especial e matéria de ordem pública	175
	MAURITÂNIA ELVIRA DE SOUSA MENDONÇA E HENRIQUE NIMER CHAMAS	
	Introdução	175
1.	Recurso especial no CARF e matérias de ordem pública	176
2.	Da não uniformização do tema no CARF	186
	Conclusão	191
	Referências bibliográficas	192
XI.	Os efeitos exprocessuais do voto de qualidade e a (in)admissibilidade de recursos especiais para a CSRF	193
	CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO E DIEGO DINIZ RIBEIRO	
	Introdução	193
1.	A evolução normativa do voto de qualidade no âmbito do processo administrativo fiscal federal	194
2.	Os efeitos do voto de qualidade após a Lei nº 14.689/23	196
3.	Questões preambulares a respeito do recurso especial no âmbito do CARF	198
4.	O novo voto de qualidade e a (in)admissibilidade de recurso especial no âmbito do CARF	200
	Conclusão	208
	Referências bibliográficas	208

PARTE II
AS NUANCES DA DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL
POR TEMAS: EXEMPLOS PRÁTICOS

XII. Os "tipos" de operações societárias com ágio e a admissibilidade do recurso especial no âmbito do CARF	213
MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONÇA KRALJEVIC	
Introdução	213
1. Rito e pressupostos de admissibilidade do recurso especial	214
2. "Tipos" de operações societárias com ágio	220
3. Limites à admissibilidade e ao enfrentamento de recurso especial envolvendo operações com ágio	222
Conclusões	227
Referências bibliográficas	228
XIII. As nuances da demonstração da divergência jurisprudencial por temas: exemplos práticos - Subvenções	231
LUCIANO BERNART	
Introdução	231
1. Conceituação e delimitação	232
1.1. Nuances da demonstração da divergência jurisprudencial	232
1.2. Subvenções e sua problemática na tributação	233
2. Exemplos práticos	236
2.1. Conhecimento X preliminar, prejudicial ou mérito	236
2.2. Extensão da similitude e divergência jurisprudencial	244
Conclusões	247
Referências bibliográficas	247
XIV. Participação nos Lucros e Resultados e a admissibilidade de recurso especial	249
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA	
Introdução	249

1.	Requisitos de admissibilidade de Recurso Especial	251
2.	Das autuações e decisões administrativas sobre PLR	253
2.1.	A PLR, deverá ser objeto de negociação entre a empresa e seus empregados.....	253
2.2.	Nos instrumentos decorrentes da negociação deverão conter regras claras e objetivas e instrumento de aferição do atingimento das metas e resultados, ressaltando que tais objetivos deverão ser pactuados previamente.....	254
2.3.	O instrumento de acordo celebrado deve ser arquivado no sindicato dos trabalhadores.....	255
2.4.	É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de PLR em mais de duas vezes ao ano e com intervalo mínimo de um trimestre civil.....	255
3.	Da competência da CSRF	255
4.	Da admissibilidade dos REsp's sobre PLR	256
4.1.	A PLR deverá ser objeto de negociação entre a empresa e seus empregados.....	257
4.2.	Nos instrumentos decorrentes da negociação deverão conter regras claras e objetivas	257
4.3.	O instrumento de acordo celebrado deve ser arquivado no sindicato.....	258
4.4.	É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de PLR em mais de duas vezes ao ano e com intervalo mínimo de um trimestre civil.....	258
	Conclusão	258
	Referências bibliográficas.....	259
XV.	Qualificação jurídica <i>versus</i> reexame probatório: a divergência jurisprudencial nos casos de pejetização.....	261
	LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA E LEONAM ROCHA DE MEDEIROS	
	Introdução	261
1.	Da teoria.....	262
1.1.	Terceirização: apontamentos iniciais e essenciais	262

1.2.	Limites da atuação no contencioso administrativo	264
1.3.	Um elemento pivotal: a prova	265
2.	... À prática	267
2.1.	O acórdão nº 9202-004.641: CSRF como terceira instância?.....	269
2.2.	O acórdão nº 9202-010.163: conhecimento do recurso especial por determinação judicial	270
2.3.	O acórdão nº 9202-010.120: não conhecimento por carência de cotejo analítico	273
2.4.	O acórdão nº 9202-010.460: não conhecimento por ausência de similitude fática.....	274
2.5.	O acórdão nº 9202-010.554: não conhecimento por carência de interesse recursal.....	275
2.6.	O acórdão nº 9202-007.128: superação da falta de prequestionamento?	277
2.7.	O acórdão nº 9202-011.169: três caminhos.....	279
	Conclusões.....	283

XVI. Entendimento do CARF quanto à caracterização da similitude fática em julgamentos do imposto de renda da pessoa física

ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA

	Introdução	285
1.	Do imposto sobre a renda da pessoa física	286
2.	Valores de indenização recebidos judicialmente e concomitância da multa de ofício com a multa isolada por falta de recolhimento do carnê-leão	287
3.	Distribuição de lucros aos sócios de empresa em débito	291
4.	Ganho de capital na assunção de passivo de sociedade alienada.....	293
	Conclusão	296
	Referências bibliográficas.....	297

XVII. As nuances da demonstração da divergência jurisprudencial envolvendo controvérsias inerentes à constituição de crédito de PIS e Cofins não cumulativo	299
TATIANA MIDORI MIGIYAMA	
Introdução	299
1. Demonstração de divergência jurisprudencial para interposição de Recurso Especial	306
Conclusões.....	316
Referências bibliográficas.....	318
XVIII. Tributação do lucro no exterior e o peso do voto de qualidade	319
EFIGÊNIO DE FREITAS JÚNIOR	
Introdução	319
1. Legislação sobre o lucro no exterior	320
2. Jurisprudência do Carf – Idas e vindas	323
2.1. Acórdão nº 9101-002.332, de 04 de maio de 2016.....	324
2.2. Acórdão nº 9101-002.832, de 12 de maio de 2017.....	330
3. O peso do voto de qualidade na jurisprudência do Carf e a guinada jurisprudencial	331
3.1. Acórdão nº 9101-005-809, de 6 de outubro de 2021	332
3.2. Acórdão nº 9101-005.808, de 06 de outubro de 2021	338
3.3. Acórdãos nº 9101-006.097 e nº 9101-006.102, ambos de 11 de maio de 2022	338
4. Nova guinada jurisprudencial com o advento da Lei 14.689/23 que restabeleceu o voto de qualidade.....	339
Conclusões.....	340
Referências bibliográficas.....	342